

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.067 - RJ (2019/0354013-1)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : PAULO CEZAR GOMES FALCAO (PRESO)  
**ADVOGADO** : PAULO VICTOR LIMA CARLOS - RJ204932  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por P. C. G. F. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferido nos autos do *Habeas Corpus* n.º 0067191-33.2018.8.19.0000

O Recorrente foi preso em flagrante em 13/10/2018, como incurso nos arts. 121, § 2.º, inciso VI, e § 2.º-A, inciso I, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, com a posterior decretação da prisão preventiva (fls. 184-188). Consta dos autos que o Recorrente teria desferido tiro de arma de fogo contra a vítima, atentando contra sua vida e terminando por lhe causar ferimentos, em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A Defesa, então, impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça, tendo sido denegada a ordem nos termos do acórdão de fls. 48-62.

No presente recurso, o Recorrente alega, em suma, a inidoneidade da fundamentação que decretou a segregação preventiva, aos argumentos de que sua liberdade não causaria qualquer risco à ordem pública, visto que não estão presentes os requisitos da prisão cautelar.

Afirma, ainda, que os fatos não se passaram como narrado na denúncia, em especial porque a arma de fogo disparou acidentalmente, não tendo a intenção de matar a vítima; ao contrário, tentou socorrê-la.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição do alvará de soltura, a fim de que possa responder ao processo-crime em liberdade.

É o relatório.

Passo a decidir o pedido urgente.

De início, quanto à tese de que não há indícios em desfavor do Recorrente que demonstrem ter havido a intenção de matar a vítima, cuida-se de alegação cuja análise,

em princípio, demandaria um exame acurado do conjunto fático-probatório do processo criminal, incabível na via estreita do *habeas corpus*, como demonstra o seguinte precedente:

**"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NÃO CONHECIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO PACIENTE. GRAVIDADE DA CONDUTA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.**

*1. No procedimento do habeas corpus não se permite a produção de provas, destinando-se ao exame de ilegalidades aferíveis de plano, assim não se tornando possível o pretendido enfrentamento de provas da materialidade e autoria delitiva.*

[...]

*3. Habeas corpus denegado." (HC 444.142/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 23/08/2018.)*

No mais, a concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço, mormente diante do que consignou o Juízo processante por ocasião da decretação da prisão preventiva do Recorrente (fls. 184-188; sem grifos no original):

*"Ademais, as provas da existência do crime e os indícios suficientes de autoria verificam-se através dos depoimentos prestados pelas testemunhas em sede policial, bem como do reconhecimento efetivado pela vítima e pelo estado de flagrância no qual foi encontrado o custodiado.*

*Assim, as circunstâncias do crime ensejam um ambiente preocupante à paz social desta comarca. Assim, evidente a necessidade da manutenção da prisão preventiva do custodiado como medida de garantia da ordem pública bem como evitar a reiteração delitiva, sendo graves os fatos, uma vez que o custodiado disparou com uma arma de fogo em direção a sua companheira A.E., tendo o tiro transfixado uma de suas pernas. Ato continuo foi preso em flagrante do disparo com uma arma de fogo Taurus municiada com 05 munições intactas e uma deflagrada, em sua cintura, constando nos autos do APF que a filha da vítima a tudo presenciou e confirmou a veracidade dos fatos.*

*Imperioso consignar que a FAC atesta que o custodiado já foi*

***processado por outros delitos graves praticados em curto espaço de tempo e relativos à Lei 11.340/06, o que evidencia a alta periculosidade do custodiado e o grande risco de reiteração criminosa, de forma que sua liberdade, enseja grande risco para a ordem pública. Ademais, trata-se de réu reincidente. existindo condenações com trânsito em julgado pelo delito de coação no curso do processo.***

***No mesmo sentido, não há nos autos a comprovação de que o custodiado resida no endereço indicado ou mesmo que exerça ocupação lícita, de forma que a decretação da cautelar em questão assegura igualmente a aplicação da lei penal, sendo certo que o custodiado sequer soube dizer o endereço onde reside. Isto porque, ausente qualquer demonstração de vínculo com esta localidade, a colocação em liberdade poderia impedir sua localização posterior. Nesse sentido é a jurisprudência do E. TJRJ a seguir colacionada:***

***[...]***

***Por fim, o regular andamento da instrução criminal deve ser garantido pela segregação preventiva do custodiado, porquanto sua liberdade nesta fase processual poderia acarretar sérios gravames à colheita das provas necessárias ao julgamento da demanda, sobretudo diante da probabilidade de vir a influenciar negativamente o depoimento da vítima, que se sentiria constrangida ou até intimidada, em prestar o seu depoimento de forma livre, de forma a assegurar, ainda, a devida aplicação da Lei Penal. Observe-se a jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça sobre o tema:***

***[...]***

***Diante de tais fatos. inequívoca a presença do fumus commissi delicti e do periculum libertatis, bem como a necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para que se assegure a aplicação da lei penal, evitando-se, também, a reiteração criminosa .***

***Note-se que o princípio da não culpabilidade não está sendo violado, uma vez que a prisão ora decretada é de natureza cautelar, com previsão legal, servindo ao bom andamento do processo e garantindo sua eficácia. No presente caso, a determinação de medida cautelar diversa da prisão, conforme art. 319 não seria adequada ou suficiente para a garantia da ordem pública e a aplicação da lei penal pelas razões acima expostas."***

A esse respeito, destaco do acórdão impugnado os seguintes trechos (fls. 56-62; sem grifos no original.):

***"A prisão em flagrante foi convertida em preventiva, em 14/10/2018, em decisão em que foi registrado que a instrução criminal dirá se o disparo foi intencional ou não, bem como que a prisão preventiva se impõe para garantia da ordem pública, especialmente***

***para a proteção da vida e da saúde da vítima diante do temperamento agressivo do paciente, conforme retrata sua extensa folha de antecedentes criminais.***

*Em sede de audiência de custódia, a prisão foi mantida, em 16/10/2018, tendo sido justificada como medida de garantia da ordem pública, bem como para evitar a reiteração delitiva, considerando graves os fatos, uma vez que o paciente 'disparou com uma arma de fogo em direção a sua companheira A.E., tendo o tiro transfixado uma de suas pernas' e 'foi preso em flagrante do disparo com uma arma de fogo Taurus municada com 05 munições intactas e uma deflagrada, em sua cintura, constando nos autos do APF que a filha da vítima a tudo presenciou e confirmou a veracidade dos fatos'.*

***O magistrado pontuou, ainda, que a FAC do paciente ostenta outros registros relativos à Lei 11.340/06 e considerou a natureza grave da conduta em apuração e a maneira de execução do delito. Destacou, também, que a liberdade do paciente nesta fase processual poderia acarretar sérios gravames à colheita das provas necessárias ao julgamento e que qualquer medida cautelar diversa da prisão não seria adequada ou suficiente para a garantia da ordem pública e a aplicação da lei penal.***

*Apresentado pleito defensivo de revogação da prisão preventiva do paciente, foi indeferido pela digna autoridade apontada como coatora.*

*A decisão impugnada menciona que ainda se encontram presentes os pressupostos autorizadores da custódia cautelar, entendendo a magistrada de primeiro grau que não houve mudança fática ou jurídica que pudesse ensejar a liberdade do paciente naquela fase do processo.*

*A Juíza de Direito consignou se afigurar prematura a concessão da liberdade ao paciente, diante dos fortes indícios de autoria do crime, além da gravidade concreta do delito, ponderando que o crime foi praticado com violência extrema contra a vítima, devendo ser garantida a ordem pública.*

*Registrou que, se extrai do 'depoimento da vítima (fls.36), Sra. A. E. S., que o acusado apareceu no seu restaurante no dia do fato e agiu inconvenientemente durante todo o tempo, chegando inclusive a dar três tapas na declarante. O acusado disse que o que tinha que resolver com a declarante estava na cintura, apontando a arma para a mesma. A vítima segurou a mão do acusado, apontando a arma para baixo, quando o tiro foi dado. Após luta corporal, o acusado teria dito que já que a vítima estava machucada e ele iria preso, terminaria de matá-la. A vítima conseguiu se soltar e sair para pedir ajuda, no que sua filha, Isadora, segurou a mão do acusado que se soltou e foi embora. A vítima foi atingida na perna esquerda. Em seu depoimento de fls.02, o acusado afirma que compareceu no restaurante da vítima portando uma*

*arma de fogo e que após luta corporal efetuou um disparo'.*

*Assim, a digna autoridade apontada como coatora entendeu que 'todos os indícios existentes nos autos denotam que o mesmo agiu de forma violenta com a vítima, tendo inclusive comparecido no restaurante armado'.*

*Acrescentou, a magistrada, que o paciente responde a outros processos, tendo sido condenado por crime de violência doméstica, concluindo que tal fato demonstra personalidade voltada para prática desse tipo de violência, 'representando sua soltura grave risco à instrução criminal'.*

*A Juíza de Direito justificou, ainda, a necessidade de manter a incolumidade física das testemunhas que deverão prestar seus depoimentos em Juízo, livres de qualquer ameaça por parte do acusado.*

*Portanto, afasto, desde logo a argumentação de que a prisão preventiva teria sido mantida com base na gravidade abstrata do delito.*

*Ora, como mencionado supra, a decisão impugnada fundamentou a segregação cautelar do paciente apontando elementos concretos contidos nos autos, que indicam a suposta violência empregada pelo paciente contra a ofendida, havendo indícios de que o mesmo teria se dirigido ao restaurante da vítima portando arma de fogo municiada, que teria sido disparada causando-lhe as lesões. Há, ainda, relatos da vítima, no sentido de que o paciente teria lhe desferido tapas no rosto.*

*Ao contrário do que afirma o impetrante, estão presentes os requisitos da prisão preventiva - artigo 312 do Código de Processo Penal. Conforme bem observado pelo ilustre Parquet em atuação na Corte, há demonstração satisfatória da prova mínima de autoria e da própria materialidade, porquanto a paciente foi preso em flagrante em poder da arma de fogo supostamente utilizada no crime.*

*Sem adentrar o mérito, até por impropriedade da via, reputo relevante breve registro de dados que ressaltam a urgente necessidade de zelo na adoção de medidas pelo Estado-Juiz para resguardar a integridade física e a vida das mulheres, bem como cessar os episódios de violência.*

*De acordo com dados contidos no 'Dossiê Mulher:2019', organizado pelo Instituto de Segurança Pública, com base em informações da Secretaria de Estado de Polícia Civil, em 2018, em média, a cada cinco dias, pelo menos uma mulher foi vítima de feminicídio e a cada dois dias, pelo menos uma tentativa de feminicídio.*

*Assim, a prisão preventiva do paciente é necessária para garantia da ordem pública, notadamente se considerada a forma pela qual o delito foi, em tese, praticado. A dinâmica dos fatos revela a periculosidade e a gravidade em concreto da conduta supostamente*

*praticada pelo paciente.*

*Ademais, a impetração menciona que o paciente teria sido surpreendido pela intervenção desastrosa de outra pessoa, vindo a arma a disparar acidentalmente. A matéria obviamente demanda análise probatória, sendo impossível seu exame pela via da presente ação constitucional, até porque ensejaria ilegal supressão de instância ao se imiscuir a Corte no próprio mérito da ação penal de origem.*

***Não se deve olvidar que o delito em questão tem procedimento bifásico, cuja instrução só se encerra em plenário, valendo salientar que a integridade física e psíquica das testemunhas deve ser resguardada até que prestem suas declarações em plenário. A liberdade do paciente poderá importar em risco para a instrução probatória.***

*E, em consulta ao andamento processual da ação nº.0244700-45.2018.8.19.0001 através do sítio deste Tribunal de Justiça, verifico que, declinada a competência para a 1ª Vara Criminal de Nova Friburgo - que possui atribuição do Tribunal de Júri-, foi encerrada a instrução oral da primeira fase do procedimento, em audiência realizada em 26/02/2019, estando o feito aguardando a defesa se manifestar acerca da pretensão de realização de perícia requerida para, então, apresentar alegações finais.*

*No mais, as condições pessoais favoráveis do paciente não afastam, por si sós, no caso em análise, a necessidade da segregação cautelar do réu, por ora, suficientemente demonstrada."*

Assim, observa-se, em uma análise perfunctória, que o acórdão impugnado, ao confirmar a decisão proferida em primeiro grau, convalidou a idoneidade da fundamentação da prisão preventiva do Recorrente, amparada na garantia da ordem pública. Com efeito, foi ressaltado que o Acusado, além de reincidente, tem histórico de violência contra a vítima e anotações diversas na Folha de Antecedentes Criminais.

Além do fundado receio de reiteração delitiva e da necessidade de assegurar a instrução penal e a incolumidade da vítima, as instâncias ordinárias consignaram, ainda, a gravidade concreta dos fatos. Afirmaram que o Recorrente entrou armado no restaurante de sua companheira e, em frente à filha da vítima, desferiu-lhe golpes no rosto e atentou, com disparo de arma de fogo, contra a sua vida, e, mesmo não tendo sucesso na empreitada, ameaçou voltar a tentar matá-la.

Desse modo, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação

# *Superior Tribunal de Justiça*

configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça de origem, que também deverá informar a senha para se obter acesso aos andamentos processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora